



Receita Federal

Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos
Seção de Programação e Logística - SAPOL

Processo Administrativo nº 10831.720009/2023-14

Dispensa de Licitação ALF/SPO/SP nº 02/2023

Termo de Referência

1 Objeto

1.1 Contratação de serviços de chaveiro para o exercício financeiro de 2023.

2 Especificações e demanda do objeto

2.1 A previsão abaixo foi obtida a partir de estimativa da SAPOL/ALF/VCP.

2.2 A quantidade de cada item na tabela abaixo é estimada, não gerando quaisquer obrigações para a ALF/VCP ou direitos para a Fornecedora.

2.3 Os itens podem ser fornecidos em quantidade superior ou inferior ao previsto. Entretanto, o valor total da aquisição das chaves produzidas e serviços efetuados é limitado ao preço global fornecido pela proposta vencedora com base nos itens e quantidades da tabela abaixo.

2.3.1 Para atender demanda maior do que a prevista de algum item sem ultrapassar o preço global da proposta, outros itens serão pedidos em quantitativos menores.

2.3.2 O controle dos pedidos para que o valor total dispendido no exercício de 2023 não ultrapasse o preço global da proposta será realizado pela ALF/VCP.

Item	Descrição	Quantidade Estimada
1	Cópia de chave simples.	150
2	Cópia de chave tetra.	50
3	Chaveiro com identificador plástico.	100
4	Troca / reparo de miolo de fechadura simples.	5
5	Troca / miolo de fechadura tetra.	5
6	Instalação de miolo de fechadura simples.	5
7	Instalação de miolo de fechadura tetra.	5

3 Fundamentação legal da aquisição

3.1 A aquisição objeto deste Termo de Referência rege-se pela Lei nº 8.666/1993, e em especial pelo seu artigo 24, inciso II, e artigo 62.



Receita Federal

Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos
Seção de Programação e Logística - SAPOL

4 *Habilitação*

- 4.1 A regularidade fiscal será comprovada na forma do artigo 25 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de Abril de 2018, sendo exigido das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade com o INSS, FGTS, Fazenda Pública Federal e Trabalhista.
- 4.2 Faz-se necessária, ainda, que o interessado declare, em sua proposta (orçamento) que:
 - 4.2.1 Não está cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e/ou contratação com a Administração Pública e também não foi declarada inidônea ou está impedida de licitar e/ou contratar com ela.
 - 4.2.2 Não se encontra em processo de falência, dissolução, fusão, cisão ou incorporação; não está constituída na forma de empresa em consórcio; não está cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério da Fazenda, ou foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
 - 4.2.3 Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, em observância ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.
 - 4.2.4 Mantém estabelecimento comercial no município de Campinas.

5 *Apresentação da proposta*

- 5.1 O interessado deverá encaminhar sua proposta de preço (orçamento) para o endereço eletrônico licitacao.sp.alfvcp@rfb.gov.br, em até **3 (três) dias úteis** contados da data de recebimento da solicitação de orçamento.
- 5.2 A proposta de preço poderá ser baseada no Modelo de Proposta deste Projeto Básico - Anexo A.
- 5.3 Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do produto.
- 5.4 A Fornecedora arcará com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta de preço, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste



Receita Federal

Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos
Seção de Programação e Logística - SAPOL

procedimento licitatório, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.

- 5.5 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta acarretará, necessariamente, a aceitação total das condições previstas neste Termo de Referência.

6 *Critério de julgamento*

- 6.1 O julgamento das propostas terá como critério objetivo o menor preço global ofertado, o qual corresponde a soma dos valores obtidos pela multiplicação da previsão de quantidade de cada item pelo seu respectivo valor unitário.

7 *Forma de seleção da fornecedora*

- 7.1 A seleção da empresa fornecedora será realizada utilizando-se o critério de julgamento descrito no item 6 e a verificação das condições de habilitação elencadas no item 4.
- 7.2 Os interessados que não cumprirem os requisitos de habilitação serão desclassificados.

8 *Modelo de execução do objeto*

- 8.1 A execução dos serviços ocorrerá durante o exercício de 2023, os quais serão solicitados mediante Ordem de Fornecimento.
- 8.2 Quando, para a execução do serviço for necessária a presença do chaveiro nas dependências da ALF/VCP, a visita será previamente agenda.
- 8.3 Quando a prestação do serviço for realizada no estabelecimento da Fornecedor e não houver possibilidade de entrega imediata, esta deverá ser feita, em até 4 (quatro) dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento, respeitando as características e quantidades do pedido realizado nesta.
- 8.4 A retirada dos itens no estabelecimento comercial da Fornecedor será realizada servidor ou por terceirizado designado pela ALF/VCP em data e horário previamente combinados.
- 8.5 A cobrança da prestação dos serviços realizados deverá ser consolidada em apenas uma Nota Fiscal/Fatura por mês, que deverá ser enviada na forma eletrônica para o endereço de e-mail constante da Ordem de Fornecimento.



Receita Federal

Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos
Seção de Programação e Logística - SAPOL

9 *Recebimento e critério de aceitação do objeto*

- 9.1 Os itens fornecidos serão recebidos:
 - 9.1.1 Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência.
 - 9.1.2 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, e sua consequente aceitação, que se dará até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.
 - 9.1.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 9.2 A ALF/VCP rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos itens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

10 *Pagamento*

- 10.1 O pagamento será efetivado por meio de emissão de Ordem Bancária, feita através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, via Banco do Brasil, à ordem do favorecido, no Banco, na Agência e na Conta designados, após a entrega do bem solicitado a esta Alfândega e o devido ateste de recebimento da Fatura/Nota Fiscal.

11 *Reajuste do preço*

- 11.1 O preço total ofertado é válido, fixo e irrevogável.

12 *Obrigações das partes*

- 12.1 Esta ALF/VCP obriga-se a:
 - 12.1.1 Acompanhar e fiscalizar a prestação do objeto deste instrumento;
 - 12.1.2 Atestar a Nota Fiscal/Fatura, por servidor competente, e efetuar o pagamento à Fornecedora do produto, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas;
 - 12.1.3 Relacionar-se com a Fornecedora através de servidores designados, os quais acompanharão a execução do objeto deste Projeto Básico, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à Fornecedora as ocorrências de quaisquer fatos que,



Receita Federal

Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos
Seção de Programação e Logística - SAPOL

a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da ALF/VCP, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da Fornecedora pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

12.1.4 Rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Fornecedora;

12.1.5 Aplicar as sanções regulamentares, nos casos cabíveis.

12.2 A Fornecedora obriga-se a:

12.2.1 Fornecer os itens em conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

12.2.2 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens fornecidos, em que se verificarem defeitos, incorreções ou que estiverem fora das especificações estabelecidas;

12.2.3 Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-o de acordo com as especificações e os prazos constantes deste Termo de Referência;

12.2.4 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

12.2.5 Não transferir a outrem os serviços objeto deste Termo de Referência, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência da ALF/VCP;

12.2.6 Manter, durante todo o período de fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente instrumento, as condições a que se refere o subitem 4.1, devendo comunicar à ALF/VCP/SP, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a sua manutenção.

12.2.7 Preservar sigilo sobre todas as informações relativas a servidores obtidas para cumprimento do objeto deste Termo de Referência.

12.2.8 Manter estabelecimento comercial no município de Campinas onde serão retirados os carimbos e acessórios produzidos pela Fornecedora.

12.2.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), ficando a



Receita Federal

Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos
Seção de Programação e Logística - SAPOL

ALF/VCP autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Fornecedora, o valor correspondente aos danos sofridos.

13 *Sanções administrativas*

- 13.1 As condutas que podem ensejar a aplicação das sanções administrativas estão previstas na Lei n.º 8.666/1993.
- 13.2 Pela infração das condições constantes deste instrumento, a ALF/VCP poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar à empresa prestadora do serviço as seguintes sanções:
 - 13.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das condições constantes deste instrumento consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto deste.
 - 13.2.2 **Multas**, que deverão ser recolhidas, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Notificação, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser preenchida de acordo com instruções fornecidas pela ALF/VCP:
 - 13.2.2.1 **de 0,5% (meio por cento)** sobre o preço total ofertado por dia de atraso no prazo previsto para entrega do objeto deste instrumento, limitado a 10% do referido valor, por ocorrência.
 - 13.2.2.2 **de 5% (cinco por cento)** sobre o preço total ofertado, por infração a qualquer condição estabelecida neste instrumento, com exceção da especificada no subitem 13.2.2.1, e aplicada em dobro na sua reincidência.
 - 13.2.2.3 **de 10% (dez por cento)** do preço total ofertado, pela recusa em reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir qualquer laudo pericial rejeitado, relacionado ao objeto deste instrumento, caracterizando-se a recusa, caso a correção ou substituição não se efetive nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição.
 - 13.2.2.4 **de 20% (vinte por cento)** sobre o valor total ofertado, em caso de inexecução parcial das condições assumidas.
 - 13.2.3 **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, pela inexecução total das condições assumidas, quando essa falta acarretar significativo prejuízo à ALF/VCP.



Receita Federal

Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos
Seção de Programação e Logística - SAPOL

- 13.2.4 **Rescisão** nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993. A rescisão do estabelecido neste instrumento poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, todos da Lei n.º 8.666/1993.
- 13.3 As multas moratórias e punitivas relacionadas no subitem 13.2.2 deverão ser recolhidas no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Notificação, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchida de acordo com as instruções fornecidas pela ALF/VCP.
- 13.4 Se o valor da multa não for pago, ele será descontado de eventual crédito da Fornecedora ou, ainda, será inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.
- 13.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Fornecedora, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993. O direito de defesa será exercido perante o Chefe da Sapol/ALF/VCP/SP, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da Notificação, cabendo recurso dirigido ao Delegado da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos, em igual prazo, da decisão proferida pela referida autoridade.

14 Recursos orçamentários

- 14.1 A despesa da presente contratação será suportada pela Unidade Orçamentária 25103 – Gestão 00001 – Tesouro Nacional, Natureza da Despesa 339039, ficando a emissão de empenho e posterior pagamento às expensas da ALF/VCP.

15 Disposições Gerais

- 15.1 Integra como Anexo deste Projeto Básico o seguinte documento:
15.1.1 Anexo A – Modelo de Proposta;
- 15.2 As questões decorrentes da aquisição tratada neste Projeto Básico que não puderem ser solucionadas administrativamente, serão dirimidas pela Justiça Federal – 5ª Subseção Judiciária de Campinas / SP.

RODRIGO VESULE FERNANDES
Chefe da SAPOL/ALF/VCP